

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Neste Capítulo é apresentada a caracterização ambiental da região definida como Área de Influência da Atividade, conforme Capítulo 4 deste documento. Para tal, foi realizada uma descrição geral dos principais aspectos ambientais relevantes referentes aos meios físico, biótico e socioeconômico que caracterizam as regiões oceânica e litorânea ao largo da costa dos municípios de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo (ES), e São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Macaé, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro (RJ).

Foram identificados e apresentados, ainda, os planos e programas governamentais propostos e/ou em desenvolvimento na área a ser afetada pelo Teste de Longa Duração e o Desenvolvimento da Produção de Waimea no Bloco BM-C-41, na Bacia de Campos, além da legislação ambiental aplicável à atividade em questão.

A elaboração de um diagnóstico ambiental da área de influência tem como objetivo subsidiar a avaliação dos impactos ambientais, uma vez que a listagem dos impactos é gerada a partir do cruzamento dos fatores ambientais afetáveis pelo empreendimento (identificados a partir da análise integrada do diagnóstico ambiental) com os aspectos ou atividades do empreendimento passíveis de causar alteração no ambiente (identificados a partir das informações relativas ao empreendimento).

O presente diagnóstico visa caracterizar os principais aspectos ambientais da região, estruturados conforme os itens a seguir:

- Planos e Programas Governamentais;
- Legislação Aplicável;
- Ambiente Físico;
- Ambiente Biótico;
- Ambiente Socioeconômico.

A. PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O presente item refere-se aos planos, programas e projetos implantados ou em elaboração na área de influência da atividade de Produção e Escoamento de Óleo e Gás Natural na Área Abrangida pelo Bloco BM-C-41, localizados na Bacia de Campos.

Estas atividades têm como área de influência os municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Macaé, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, assim como Itapemirim, no Estado do Espírito Santo.

No que concerne aos planos, programas e projetos desenvolvidos é importante ressaltar não só a especificidade de projetos municipais como a presença de parcerias e investimentos dos Governos Federal e Estadual. A implantação de programas federais ou estaduais ocorre de forma integral, sob a forma de parcerias ou colaboração parcial. Dada a relevância de alguns consórcios, fundações e institutos na região, que são fomentados, ainda que parcialmente, pelo poder público, as mesmas foram incluídas.

Sempre que o plano, programa ou projeto seja desenvolvido em mais de uma esfera administrativa, o detalhamento do mesmo é descrito do federal, posteriormente estadual e municipal. É importante esclarecer que, dada a disparidade das fontes, nem todos os planos, programas e projetos aqui apresentados contêm o mesmo grau de detalhamento, não tendo sido possível a homogeneização da forma de apresentação.

Deve-se ressaltar que esse é um levantamento não exaustivo dos planos, programas e projetos em execução ou previstos para a área, dada a variedade dos mesmos e em alguns casos a indisponibilidade ou restrições de acesso das informações. Optou-se, neste item, apontar aqueles com o perfil que indique abrangência que possa vir a interagir, influenciando ou sendo influenciado pela implantação da atividade a ser desenvolvida pelo empreendimento.

Com o propósito de facilitar a leitura, almejou-se ainda, organizar dentro de cada esfera os planos, programas e projetos afins, considerando para tanto a similaridade da área de atuação, os objetivos ou segmento responsável. Os planos, programas e projetos são sumarizados no Quadro 5-1, a seguir.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)	Conhecer e avaliar a potencialidade dos recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacente, visando a gestão e o uso sustentável desses recursos.	O plano tem consolidado a importância dos recursos do mar para o desenvolvimento nacional, integrando o conhecimento científico à utilização racional desses recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacente. O plano avalia, assim, a potencialidade dos recursos, visando sua gestão e uso sustentável. O amadurecimento das atividades deste programa levou ao desdobramento e consolidação de diversas atividades que hoje se apresentam como planos e programas parcialmente independentes (ex. REVIZEE e REMPLAC). No dia 3 de março de 2005 foi aprovado o "VI Plano Setorial para os Recursos do Mar" (VI PSRM), através do Decreto nº 5.382.
Federal	Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMLAC)	Garantir ao país os seus direitos de soberania para fins de exploração, aproveitamento e gestão dos recursos minerais em sua ZEE.	Para alcançar seus objetivos, o REMPLAC foi dividido em 4 (quatro) SCORE regionais devido à extensão da plataforma, assim denominadas: PRT Norte (foz do rio Oiapoque ao delta do rio Parnaíba); PRT Nordeste (delta do rio Parnaíba a São Mateus); PRT Sudeste (São Mateus a Cananéia) e PRT Sul (Cananéia ao arroio Chui).
Federal	Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC)	Estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental no seu enfoque jurídico.	Com a conclusão do LEPLAC, o Brasil deverá incorporar cerca de 900.000 km ² ao seu território, área esta equivalente à soma das áreas dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nestes termos, a Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB) totalizará 4,4 milhões de Km ² de área, o que corresponderá, aproximadamente, à metade da área terrestre de nosso território.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM)	<p>Caracterizar a distribuição sedimentar, da geomorfologia, de processos de sedimentação, de estrutura e estratigrafia dos fundos oceânicos. Analisar a presença de indicadores sensíveis a modificações de caráter global, registrados na coluna sedimentar. Colaborar na formação e na capacitação técnico-científica em Geologia e Geofísica Marinha no Brasil, por meio de intercâmbios nacionais e internacionais e programas de estágios.</p>	<p>É o programa de Governo instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989. Entre as atividades em andamento, pode-se citar a elaboração de cartas sedimentares da plataforma continental brasileira, com parâmetros de textura e teor de carbonatos.</p>
Federal	Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS)	<p>Implementar, sistematizar e tornar plenamente operacional a coleta, a análise e a transmissão de dados em toda a área oceânica sobre a qual o Brasil exerce direitos de soberania e jurisdição, gerando-se produtos de impacto socioeconômico para o país.</p>	<p>Os dados coletados, tanto pelo Programa Piloto GOOS/Brasil quanto pelo Programa Nacional de Bóias, serão operacionalizados e disponibilizados à comunidade usuária (cientistas, órgãos governamentais e institutos de pesquisas, entre outros) por meio de redes internacionais, via satélite, já existentes no mundo. O programa tem disponibilizado os dados obtidos em seu sítio na Internet. Ele foi criado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em cooperação com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo em vista os dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e da Agenda 21.</p>

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Projeto da Circulação Oceânica na Região Oeste do Atlântico Sul (COROAS)	Executar estudos de média e larga-escala relacionados à circulação oceânica na costa brasileira.	A análise dos dados coletados envolve o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG). Assim, vêm sendo realizados esforços na determinação dos campos sazonais de velocidade e transporte de massa e calor na Corrente do Brasil e dos efeitos da circulação sobre a produtividade primária e a distribuição de nutrientes. O COROAS conta com financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), tendo sido seus trabalhos de campo iniciados em dezembro de 1992. (Término: 30 setembro de 1998)
Federal	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)	Visa a utilização racional dos recursos da zona litorânea, com vistas à preservação da qualidade de vida da sua população e à efetiva proteção aos ecossistemas nela existentes.	O PNGC foi constituído pela Lei 7.661/88, cujos detalhamentos e operacionalização foram objeto da Resolução no 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90, aprovada após audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). A própria Lei já previa mecanismos de atualização do PNGC, por meio do Grupo de Coordenação do Gerenciamento Costeiro (COGERCO). O Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), composto por representantes de entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, foi instituído, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), os programas de gerenciamento costeiro vêm sendo executados nos 17 estados costeiros da Federação, com o apoio financeiro do Governo Federal e do Banco Mundial. Além dos fundamentos legais e instrumentos de gerenciamento ambiental, existem diversos outros projetos, planos e programas que estão associados a este.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Agenda 21	Integrar, mobilizar, capacitar e conscientizar a população em escalas nacional, regional e local para redução de problemas ambientais.	A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. Gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marinhas, inclusive zonas econômicas exclusivas, incluindo a proteção do meio ambiente marinho, uso sustentável e conservação dos recursos marinhos vivos de alto mar, análise das incertezas críticas para o gerenciamento do meio ambiente marinho e a mudança do clima; e fortalecimento da cooperação e da coordenação no plano internacional, inclusive regional.
Federal	Programa de investigação global da poluição no ambiente marinho (GIPME – <i>Global Investigation of Pollution in the Marine Environment</i>)	Avaliar a situação do meio ambiente marinho, a nível regional e global; identificar a necessidade de medidas para prevenir ou minimizar a poluição marinha; estabelecer procedimentos para a avaliação e melhoria da execução dos monitoramentos.	O Brasil não dispõe de um Programa Nacional de Monitoramento da Poluição Marinha, mas realiza, de forma dispersa, um vasto número de observações nas regiões costeiras e de plataforma continental, sendo estas mais escassas na região oceânica. Tais pesquisas poderiam ser integradas nacionalmente e, observando a metodologia recomendada pelo GIPME, também em nível mundial.
Federal	Programa de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO	Verificar a aplicabilidade das imagens da câmera CCD para a geração do mapa base e determinação dos principais ecossistemas costeiros da BMS, determinar os Índices de Sensibilidade do Litoral (ISL) e criar um banco de dados geográficos com dados ambientais.	Diversos estados têm desenvolvido suas cartas com base na metodologia padronizada e atualmente encontram-se em fase de refinamento e enriquecimento de dados em escala regional.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro GLOBALLAST	Desenvolver, produzir e distribuir material de divulgação sobre o gerenciamento de água de lastro, visando a educação a bordo e para disseminação em companhias de navegação.	As atividades previstas no Plano de Trabalho Nacional de "Avaliação de Risco da Água de Lastro" e de "Levantamento da Biota do Porto" constituem os fundamentos da avaliação de risco. As Diretrizes da IMO para gerenciamento da água de lastro dos navios encorajam os Estados Membros a realizarem pesquisas biológicas iniciais em seus portos e disseminarem amplamente os resultados de suas investigações, de forma a minimizarem as chances de transferência de espécies introduzidas já conhecidas. Na medida em que a informação existente é limitada, o levantamento da biota do porto torna-se vital para a avaliação das condições naturais vigentes e a presença de espécies marinhas introduzidas. Nesse sentido, é que o Programa <i>GloBallast</i> apóia a realização do levantamento de base. O levantamento da biota na área de influência do porto utiliza a capacidade científica local, contando, ainda, com o apoio de um consultor contratado pela UCP.
Federal	Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar - PRONAR	Definir os limites de emissão para fontes poluidoras prioritárias, definir os padrões de qualidade do ar e apoio à formulação dos Programas Estaduais de Controle de Poluição do Ar.	Além de estender o número de parâmetros regulamentados de quatro para sete (partículas totais, partículas inaláveis, fumaça, dióxido de enxofre, monóxido de carbono, dióxido de nitrogênio e ozônio troposférico), foi introduzida na legislação a figura dos padrões secundários de qualidade do ar, mais restritivos que os primários, constituindo-se seu atendimento em meta de longo prazo.
Federal	Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO)	Promover parceria entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável dos seus recursos e na repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes.	Foi instituído, em 1994, por meio do Decreto 1.354, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO).

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)	Assistir ao Governo Brasileiro junto ao Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), visando aportar recursos para: (1) identificação de ações prioritárias, estimulando o desenvolvimento de atividades que envolvam parcerias entre o setor público e privado; (2) obtenção de informações adequadas e atualizadas, para serem utilizadas como instrumento na tomada de decisão pelo governo e pela sociedade; (3) avaliação da diversidade biológica nos biomas e (4) projetos demonstrativos.	O principal sub-projeto alocado na área de influência do empreendimento é a Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade nas Zonas Costeiras e Marinhas. A importância desse projeto é evidenciada porque, segundo o MMA, desde o início das negociações do PROBIO, ficou evidente a necessidade de um mecanismo para a identificação das prioridades para aplicação dos recursos do projeto proposto, a fim de subsidiar uma estratégia nacional da biodiversidade brasileira.
Federal	Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio	Implantar e prover a manutenção de redes de inventário da Biota, apoiar a manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos do País (coleções <i>ex situ</i>), apoiar a pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade e desenvolver ações estratégicas para políticas de pesquisa em biodiversidade.	O Programa adota um modelo de gestão descentralizado, onde a implementação de suas ações se faz em articulação com agências de fomento à pesquisa e com apoio direto de institutos de pesquisa e universidades, designados para exercerem a função de Núcleos Executores do PPBio.
Federal	Programa Municípios Educadores Sustentáveis	Divulgar as informações e desenvolver atividades ligadas à questão ambiental, às campanhas socioambientais e educacionais, à difusão de práticas para a sustentabilidade, entre outras ações.	O programa foi criado em julho de 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente em articulação com as prefeituras interessadas. A implantação do programa prevê a cooperação técnica para a implementação de ações integradas, que potencializem a educação ambiental na gestão municipal e no território.
Federal	Plano Nacional de Energia - 2030	Aprimorar os aspectos tecnológicos	O PNE – 2030 é um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão do sistema nas próximas décadas, através da orientação estratégica da expansão. Este plano foi lançado em julho de 2006 contemplando as diversas fontes de energia previstas na Matriz Energética Brasileira.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP)	Mobilizar e organizar os empreendedores para o fornecimento de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis da indústria de petróleo e gás nacional.	O PROMINP iniciou suas atividades já com uma carteira de 47 projetos, aprovada pelo Comitê Diretivo do Programa. O desafio consiste em desenvolver projetos de aumento do conteúdo nacional nas áreas específicas de Exploração & Produção, Transporte Marítimo, Abastecimento e Gás & Energia.
Federal	Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)	Planejar e executar medidas que estimulem o desenvolvimento econômico e social do país.	O PAC é o programa federal de expansão do crescimento baseado no investimento em infra-estrutura que, aliado a medidas econômicas, visa estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país. O programa tem como um dos seus principais alicerces o estímulo da geração e distribuição de energia no Brasil.
Federal	Projeto de Monitoramento Ambiental em Atividades de Perfuração Exploratória Marítima (MAPEM)	Avaliar o impacto efetivo da atividade de perfuração exploratória sobre os ecossistemas bênticos oceânicos em águas rasas e profundas.	Especificamente, o projeto visa avaliar mudanças químicas (metais e hidrocarbonetos), geológicas (composição dos sedimentos e teores de matéria orgânica) e biológicas (macro e meiofauna) antes, imediatamente após e em médio prazo após a atividade de perfuração.
Federal	Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET)	Incentivar o uso mais eficiente das fontes de energia não renováveis no transporte, nas residências, no comércio, na indústria e na agropecuária.	O programa estabelece convênios de cooperação técnica e parcerias com órgãos governamentais, não-governamentais, representantes de entidades ligadas ao tema e também organiza e promove projetos. O CONPET é um Programa do Ministério de Minas e Energia coordenado por representantes de órgãos do Governo Federal e da iniciativa privada (Grupo Coordenador do CONPET). A Gerência de Conservação de Energia, Energia Renovável e Suporte ao CONPET é o órgão da Companhia que exerce a função de Secretaria Executiva do CONPET, sendo responsável por elaborar projetos, operacionalizar as estratégias, promover a articulação institucional e divulgar as ações do Programa. Esta Gerência é ligada ao diretor da área de Gás e Energia que, conforme decreto presidencial é o Secretário-Executivo do CONPET.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Controle Estatal Portuário (<i>Port State Control</i>)	Inspecionar os navios estrangeiros em águas brasileiras, de forma a verificar as condições de salvaguarda da vida humana no mar e a proteção ao meio ambiente marinho.	Este programa se encontra consoante às normas e aos padrões estabelecidos pela MARPOL, que concede aos portos, inclusive, a autonomia para deter o navio sob suspeita até a eliminação satisfatória do risco de dano ao meio ambiente. O sistema já se encontra implantado nos portos do Rio de Janeiro, Santos, Vitória e São Luís e, à medida que vão sendo formados novos inspetores (surveyors), será operacionalizado nos demais portos brasileiros.
Federal	Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	Tem como objetivos: a manutenção da diversidade biológica no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteção de espécies raras, endêmicas, vulneráveis, ou em perigo de extinção; preservação e restauração dos ecossistemas naturais; estímulo do desenvolvimento regional integrado, com base nas práticas de conservação; manejo dos recursos da flora e da fauna; proteção das paisagens naturais ou povoadas de beleza cênica notável; resguardo das características excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, paleontológica, arqueológica, e quando couber, histórica; proteção e recuperação dos recursos hídricos e edáficos; incentivo das atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; favorecimento de condições para a educação ambiental, recreação e contato com a natureza e preservação das extensas áreas naturais ou pouco alteradas.	Instituído pela Lei 9985 de 18/07/2000, o SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O SNUC é composto por representantes do IBAMA/DIREC, ONG's e membros da Comunidade Científica.
Federal	Agenda Portos - Projeto Piloto	Coordenar, acompanhar e monitorar as ações emergenciais e prioritárias nos principais portos brasileiros.	No âmbito do Ministério dos Transportes, o Grupo de Trabalho Permanente - GTP-Portos, tem como incumbência acompanhar e monitorar as ações emergenciais e prioritárias nos portos do País. O GTP-Portos é composto de cinco membros titulares e seus respectivos suplentes, que acompanharão as ações nos principais portos do país e estará sob a coordenação do DEPTA - Departamento de Programas de Transportes Aquaviários da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa TRAIN-SEA-COAST do Brasil	Capacitar pessoas para atuarem em projetos e empreendimentos nas áreas costeira e oceânica.	Este programa tem como público-alvo os profissionais vinculados às instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, usuários, pesquisadores e legisladores, envolvidos direta ou indiretamente, com o planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da zona costeira. Este programa apresenta forte inter-relação com as propostas Agenda Portos - Projeto Piloto e com o Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro - <i>Globallast</i> em virtude da sistematização da segurança biológica e sanitária proposta pelos mesmos. Alguns cursos já oferecidos pelo programa são: Gestão de Efluentes Líquidos em Municípios Costeiros; Gestão de Água de Lastro e Gerenciamento Costeiro Integrado. O Programa TRAIN-SEA-COAST é uma rede mundial para a capacitação dos recursos humanos que atuam nas regiões costeiras e oceânicas. As Nações Unidas (ONU), através da Divisão de Assuntos Oceânicos e da Lei do Mar, estabeleceram em 1993 o Programa Train-Sea-Coast, baseando-se nas metas da Agenda 21 (Capítulo XVII) determinadas na Conferência Mundial do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente (1992). Essa rede é formada por unidades encarregadas de desenvolver e oferecer cursos de capacitação que abordem tópicos específicos onde forem identificados problemas que possam ser solucionados mediante qualificação de pessoal.
Federal	Programa de Mentalidade Marítima	Estimular, por meio de ações planejadas, objetivas e continuadas, o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira.	O programa tem como metas: (i) conscientizar a população, principalmente a parcela localizada nas regiões litorâneas, sobre a importância do mar na vida do cidadão; (ii) conscientizar as crianças e os jovens sobre a importância e a responsabilidade de sua atuação na preservação dos mares; (iii) criar na juventude o interesse pelas coisas do mar e fomentar uma consciência marítima, essencial para a nossa soberania; (iv) divulgar o mar como fonte essencial de recursos para a humanidade e; (v) mobilizar a população brasileira como um todo para o efetivo engajamento na preservação do mar e na utilização dos seus recursos.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa de Seguro-Desemprego para Pescador Profissional que Exerce a Atividade Pesqueira de Forma Artesanal, no período de defeso.	Auxiliar com um salário-mínimo mensal, o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, durante o período de defeso.	O período de defeso de atividade pesqueira, o qual rege a disponibilidade do recurso acima citado, é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para espécie marinha, fluvial ou lacustre cuja captura o pescador se dedique.
Federal	SINAU	Cadastrar e controlar os projetos aquícolas, referenciar geograficamente as faixas ou áreas de preferência, os parques e áreas aquícolas e as unidades demonstrativas e de pesquisa, criar e manter o banco de dados das autorizações de uso e subsidiar o ordenamento das atividades aquícolas em águas de domínio da União.	Desde janeiro de 2004, vem recadastrando aquícultores, e maricultores, demonstrando ser uma ferramenta valiosa e indispensável no processo de tomada de decisões e no planejamento das ações estratégicas da SEAP-PR. Com a implantação definitiva desse Sistema e os novos métodos de trabalho nos Escritórios Estaduais e Regionais, esta Secretaria estará capacitada para realizar avaliações técnicas criteriosas dos projetos aquícolas, fato este que contribuirá muito para o desenvolvimento sustentável das atividades aquícolas em todo território nacional, além de agilizar os procedimentos administrativos até então utilizados.
Federal	Programa Drenagem Urbana Sustentável: Ministério do Meio Ambiente	Apoiar ações de prevenção, controle e minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas.	Tem como principais ações em andamento o Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e Apoio a Estados e Municípios para elaboração de Projetos de Drenagem Urbana Sustentável.
Federal	Apoio à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários - SNSA	Ampliação da cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental urbano.	É um Programa coordenado pelo Ministério das Cidades

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Federal	Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana	Reduzir as desigualdades sociais e territoriais e assessorar os municípios na elaboração de seus Planos Diretores.	O programa busca reforçar a capacidade de gestão territorial e urbana dos municípios e promover a inclusão social. Também tem como parceiros o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAF-M) e os programas de fortalecimento da gestão ambiental urbana das agências internacionais.
Federal	Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (PRODETUR)	Otimizar os esforços no desenvolvimento nacional do turismo.	É um programa global de desenvolvimento turístico regional, para financiar a implantação de infra-estrutura de suporte ao turismo, de modo a incentivar a participação da iniciativa privada na implantação de equipamentos turísticos. O PRODETUR foi implantando, inicialmente, nos estados do Nordeste, entretanto, outras regiões já estão desenvolvendo os seus programas.
Federal	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS	Planejamento de longo prazo (20 anos) para o pólo turístico, que deve ser elaborado com participação das instituições e comunidades envolvidas.	O PDITS é um plano que deve ser referencia norteadora para o desenvolvimento do turismo no pólo de um modo geral. Em muitos casos, somente parte dos projetos do Plano poderá ser objeto de financiamento no âmbito do PRODETUR. O Estado e os demais atores interessados no Desenvolvimento continuado do turismo na região (setor privado e comunidades afetadas) devem encontrar fontes alternativas de recursos para viabilização daqueles projetos do Plano que não são elegíveis no PRODETUR e que, no entanto, são importantes para o Desenvolvimento Sustentável do turismo no polo, a exemplo de ações que visem melhorias nas condições de saúde e de segurança pública.
Federal	Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)	Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural.	É um programa vinculado ao Ministério do Turismo.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual - RJ	Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO/RJ)	Orientar para a utilização racional dos recursos da zona litorânea, com vistas à preservação da qualidade de vida da sua população e à efetiva proteção aos ecossistemas nela existentes, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.	O GERCO/RJ possui as seguintes atividades em curso: (i) apoio à Regulamentação da Lei nº 7661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em apoio ao Ministério do Meio Ambiente; (ii) participação em grupo de trabalho para implementação de Projeto Piloto de Controle de Água de Lastro no Porto de Sepetiba; (iii) apoio na implementação do Projeto Orla, que visa o ordenamento da orla da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla; (iv) apoio na implementação da Agenda Ambiental Portuária que visa o fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental; (v) apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo PNUMA/ONU; (vi) Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido no âmbito do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA e; (vii) apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental, envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de Unidades de Conservação e o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual – RJ	Programa Moeda Verde 2013	O Programa foi instituído pela necessidade de agilização das linhas de financiamento, para diversas agroindústrias artesanais existentes.	O Programa Especial de Desenvolvimento Industrial - RIONORTE-NOROESTE oferece linhas de crédito para os setores de agroindústria, têxteis, confecções e bens de capital para a indústria do petróleo. Este programa visa inserir as regiões menos atrativas no processo de desenvolvimento do Estado.
Estadual – RJ	Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental e Agenda 21 na Escola: Elos de Cidadania	Foi criado, em 2007 com o objetivo debater a temática socioambiental nos colégios estaduais e de estimular o diálogo dessas instituições com as comunidades vizinhas, buscando soluções coletivas e a participação de estudantes, professores e dos demais moradores na vida pública local.	
Estadual – RJ	Programa Coleta Seletiva Solidária	A Superintendência de Qualidade Ambiental, da SEA, está encarregada de cadastrar as organizações de catadores interessadas em participar do processo de implantação do programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.	O <u>Decreto Estadual nº 40.645/07</u> instituiu a implantação de programa de coleta seletiva solidária nas repartições públicas estaduais, com a separação na fonte dos resíduos sólidos recicláveis produzidos e sua doação às <u>cooperativas ou associações de catadores cadastradas</u> .
Estadual – RJ	ENERGIA SOLAR - Prédios públicos terão sistema de energia solar para aquecimento de água	Escolas, hospitais e outras unidades públicas da rede estadual já podem adotar o sistema de energia solar para aquecimento de água. Este é objetivo do Programa Estadual de Eficiência Energética, instituído pelo Decreto 40979, assinado em outubro de 2007 pelo governador Sérgio Cabral.	A medida representará uma significativa economia para o Estado, além de contribuir para a preservação do meio ambiente. O custo para a implantação do sistema de energia solar é relativamente baixo. As placas de captação de energia solar para aquecimento de água custam cerca de R\$ 300 para uma casa média, podendo ser pagas em dez vezes. Pelo decreto, os equipamentos a serem utilizados para a instalação do sistema de captação de energia solar deverão ter certificação do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial). O decreto estabelece ainda que esses sistemas serão dimensionados para atender, no mínimo, 50% da demanda anual de energia necessária para aquecimento de água.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Estadual - RJ	Programa Frutificar	Correlacionar as atividades de produção e a estrutura necessária à comercialização dos produtos.	É importante ressaltar a atenção dada por este projeto à capacidade de gestão dos produtores, em particular sua experiência mercantil, quando da concessão de empréstimos, assim como o caráter inovador que o foco regional do projeto imprime. Com relação a uma das áreas de influência do empreendimento, o Projeto tem atuado nas primeiras plantações, já iniciadas no município de São João de Itabapoana. As primeiras plantações, são de maracujá, goiaba, pinha, palmito, pupunheira e palmito híbrido. Com projetos em andamento encontramos a uva, graviola e a teka, madeira asiática de rápido crescimento.
Estadual - ES	Programa Litoral Sadio	Monitorar, proporcionar e disponibilizar conhecimento sobre as condições das praias, assim como detectar quaisquer irregularidades quanto a lançamentos clandestinos de esgotos.	O programa é executado pela SEAMA, auxiliando na fiscalização e gestão ambiental. Estas ações levam as informações ambientais ao conhecimento da população, estimulando a participação desta nos processos ocorrentes no Estado. O incentivo a esta participação subsidia diversas ações relacionadas ao planejamento, recuperação e gestão do litoral.
Estadual - ES	Programa Estadual de Gestão das Águas	Melhorar a qualidade da água e garantir o melhor uso dos recursos hídricos.	A SEAMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos) elaborou o programa e vem executando ações voltadas para a motivação e orientação para implantação dos comitês de Bacias Hidrográficas; ordenamento do uso da água; produção e fornecimento de informações sobre água; ampliação da capacidade de reserva hídrica; implantação de um centro de informações sobre recursos hídricos; e fortalecimento institucional e articulação inter-institucional.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – São de Francisco Itabapoana.	O Programa de produção e distribuição de mudas	São quatro estufas com capacidade para produzir 150.000 mudas num período de 50 dias	São mudas de espécies frutíferas, ornamentais, olerícolas, nativas e medicinais. Um total de investimentos de R\$ 119.000,00, com recursos próprios.
Municipal – São de Francisco Itabapoana.	PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola	O PDDE foi criado pela Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Mais tarde, passou a se chamar PDDE, com a edição de Medida Provisória do governo federal. Sua finalidade é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades, sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O objetivo da assistência financeira é a melhora da infra-estrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.	
Municipal – São de Francisco Itabapoana.	PROFAC Programa de Formação e Ação Continuada	Atender professores da rede municipal e estadual, abrangendo a educação infantil, 1º e 2º segmentos e educação de jovens e adultos.	

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – São Francisco de Itabapoana.	Programa "São Francisco Mais Verde"	Ampla trabalho de arborização com o plantio de árvores nativas, ornamentais e frutíferas.	
Municipal – São Francisco de Itabapoana.	Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF)	Atender as famílias com cestas básicas, materiais de construção e cursos profissionalizantes.	O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é um serviço continuado de proteção social básica (Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004), desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mais conhecidos como "Casas da Família". Esses Centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza. O CRAS presta atendimento sócio-assistencial, articula os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. Ele se articula com o Promoveu a recuperação e ampliação do Programa. Ele se articula com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Hoje o Programa atende, no município, cerca de 1.500 crianças e desenvolve também o Projeto Culturação com grupos de música, dança, capoeira, teatro e futebol. Além disso, através do PETI é desenvolvido um trabalho de capacitação pedagógica para os monitores. O PETI vem desenvolvendo ainda vários cursos de geração de renda como tabua e doces em compotas e investido em associações para facilitar a comercialização dos produtos.
Municipal – São Francisco de Itabapoana.	Programa Renda Mínima	Assistência aos carentes com bolsa auxílio de um salário mínimo	
Municipal – Macaé	Plano Diretor do Município de Macaé	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	A prefeitura de Macaé deu início no dia 14 de maio de 2007 aos trabalhos de elaboração do Plano Diretor do município. O Plano Diretor está sendo estabelecido como instrumento de gestão, de caráter jurídico para nortear e orientar o desenvolvimento do município.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – Macaé	Programa Pousada da Cidadania	Uma ação de impacto social a médio-longo prazo, destinado a população de rua, que prevê abordagem; retirada das ruas; restabelecimento dos vínculos com a sociedade e/ou família; resgate da cidadania com emissão de documentos; e capacitação profissional. O Programa Pousada da Cidadania, coordenado pela Semdsh, acontecerá num dos blocos da Pousada Brisa da Costa, no Barreto	O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que passa a subsidiar de uma maneira geral os trabalhos da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social e Humano (Semdsh), responsável pelas ações locais.
Municipal – Arraial do Cabo	Plano Diretor do Município de Arraial do Cabo	Discutir, diagnosticar potencialidades e problemas, traçar diretrizes, apresentar e aprovar ações concretas que levem ao desenvolvimento do município, de forma sustentável.	O Plano Diretor de Arraial do Cabo foi estabelecido pela Lei Orgânica Municipal de Arraial do Cabo de 5 de abril de 1990. Entretanto, discute-se a sua revisão com o apoio do Ministério das Cidades.
Municipal – Arraial do Cabo	Projeto Vida	O Projeto visa o atendimento a criança e adolescente entre 6 e 14 incompletos, oferecendo aulas de reforços, futebol, capoeira, trabalhos manuais, recreação, além de passeios, como: visita ao Zoológico, Companhia Nacional de Álcalis, além de outras previstas para final do mês de novembro na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia e na fábrica da Coca-Cola. É oferecido acompanhamento psicológico às crianças e adolescentes do projeto. O objetivo do mesmo é contribuir para a melhoria de vida das crianças e adolescentes carentes, expostos a risco pessoais e sociais, atuando em aspectos fundamentais de desenvolvimento do ser humano garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.	

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Municipal – Arraial do Cabo	Projeto Guardas Mirins da Natureza	O Projeto atende jovens estudantes da rede pública em situação de risco social, com idade entre 14 e 15 anos incompleta, que orientarão turistas, em época de alta temporada, quando a necessidade de manter-se a cidade limpa e aos moradores nos períodos de alta e baixa temporada.	Desenvolverão ação integrada de orientação com serviço públicos no turismo, lazer e meio ambiente, objetivando torna-los conscientes da necessidade de um futuro melhor. Recebem cursos profissionalizantes e atendimento psicológico. Todos os adolescentes recebem meio salário mínimo pelos serviços prestados
Municipal – Arraial do Cabo	Programa ICM Social.	O Programa visa a isenção ao pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços as Instituições religiosas, independente de credo, que desenvolvam projetos de assistências sociais há pelo menos dois anos	
Municipal – Arraial do Cabo	Projeto "A Vida na Tela"	O Projeto vem valorizar esse "saber acumulado" e transmiti-lo a outros idosos, descobrindo talentos e expondo-os para a vida. Este Projeto é voltado para a 3.ª Idade.	

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continua...)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Consórcio	Projeto Leite Saúde	O Programa foi criado para combater a desnutrição, através da distribuição de 2 Kg de leite em pó, por mês para cada criança	Este Projeto é uma parceria entre o Governo do Estado e municípios, através de gerência das unidades da Fundação Leão XIII, em parceria com a Secretaria de Ação Social, Integração e Trabalho, de Arraial do Cabo. Foram cadastradas crianças, por funcionários desta Secretaria, no Morro da Cabocla, onde houve também, a distribuição. O Leite Saúde é destinado a crianças de 2 a 12 anos, sofrendo carência alimentar, que vivem em locais de pobreza.
Consórcio	MOVA - RJ- Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos	O MOVA é um Programa do Governo Estadual, com a finalidade de desenvolver projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos em cooperação com entidades da sociedade civil.	A Secretaria de Ação Social, Integração e Trabalho, de Arraial do Cabo, entrou em contato com tais entidades e viabilizou espaço físico para as aulas
Consórcio	Programa Melhore sua Casa	O Programa é destinado a uma colaboração, através de mutirão que favorece, simultaneamente o prosseguimento de construções sem revestimentos externos. É, sem dúvida, nenhuma, a preocupação da Secretaria de Ação Social, Integração e Trabalho com o bem estar da comunidade e o resgate da cidadania de seu povo.	O Programa é uma iniciativa da Secretaria de Obras e Serviços Públicos em parceria com a Secretaria de Ação Social, Integração e Trabalho, de Arraial do Cabo, coordenada por um funcionário da Secretaria que organizou e cadastrou as famílias interessadas no ingresso do Programa.
Consórcio	Projeto Tartaruga Marinha - TAMAR	Adquirir informações e formular ações educativas e estratégicas para a proteção de tartarugas marinhas.	O Projeto TAMAR é a designação do Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas, que é executado pelo IBAMA, através do Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Centro TAMAR-IBAMA), órgão governamental; e pela Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisas das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-TAMAR), instituição não governamental, de utilidade pública federal. O Projeto TAMAR foi criado em 1980: pelo então IBDF com o objetivo de salvar e proteger as tartarugas marinhas do Brasil. Atualmente é uma das mais respeitadas organizações com estes objetivos no mundo.

Quadro 5-1. Planos e programas governamentais. (continuação)

ESFERA DO PLANO OU PROGRAMA	NOME	OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBSERVAÇÃO
Consórcio	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana	Este projeto foi criado para que fossem realizadas experiências de repovoamento de peixes no Rio Itabapoana, visando recuperar seu potencial pesqueiro como fonte de renda e complementação alimentar da população carente.	O Projeto Managé 46 está inserido no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana, concebido pela Universidade Federal Fluminense - UFF, que atua em parceria com órgãos públicos nas três esferas de governo, organizações não governamentais e iniciativa privada. Este projeto foi criado para que fossem realizadas experiências de repovoamento de peixes no Rio Itabapoana, visando recuperar seu potencial pesqueiro como fonte de renda e complementação alimentar da população carente. Os municípios abrangidos pelo programa são Porciúncula, Varre-Sai, Bom Jesus de Itabapoana, Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, além de outros treze municípios mineiros e capixabas.
Consórcio	Escola Aberta	É um Programa do Governo Federal. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a UNESCO, os Ministérios da Cultura, do Esporte e do Trabalho e Emprego, desenvolve atividades de lazer, esporte, cultura, arte, informação, formação inicial para o trabalho, geração de renda, etc, para as comunidades do entorno escolar, nos finais de semana.	